

Conselho de Direitos não reabre caso Rubem Paiva

25 MAR 1981

BRASILIA (O GLOBO) — Com críticas do conselheiro Benjamin Albagli — que o definiu como “inoperante” — o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana reuniu-se ontem por mais de duas horas, não indo além de decisões a respeito de seu próprio esquema de funcionamento.

A tentativa de reabrir o caso do desaparecimento do ex-deputado Rubem Paiva, feita pelo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Eduardo Seabra Fagundes, caiu ante decisão do presidente do Conselho, ministro Ibrahim Abi-Ackel, de determinar uma pesquisa nas atas do CDDPH para saber qual o destino dado ao processo.

PAUTA

Além dos casos de suposta violação dos direitos humanos em tramitação no Conselho tomou-se mais um: o conselheiro Benjamin Albagli denunciou falhas no inquérito aberto para apurar as responsabilidades pela morte de Francisco do Rosário Barreto, atribuída a violências policiais. (Outras informações na página 11).

O plenário não pôde examinar cinco casos incluídos na pauta porque os relatores não apresentaram seus pareceres. E os líderes do PMDB no Congresso, senador Marcos Freire e deputado Odacir Klein, não compareceram, sob a alegação de que, com a manutenção do caráter sigiloso das reuniões e a constituição do órgão dando maioria ao Governo, o Conselho perde sua força.

RUBEM PAIVA

O conselheiro Seabra Fagundes havia levado para a reunião do Conselho uma longa declaração a respeito do caso Rubem Paiva, concluindo por pedir a reabertura das investigações. Depois de citar depoimentos prestados pela mulher do ex-deputado, Eunice Paiva, argumenta o presidente da OAB: “Os elementos de prova existentes justificam a instauração de inquérito, para o cabal esclarecimento dos fatos relacionados com o desaparecimento de Rubem Paiva, até hoje envolto em mistério e suspeitas, principalmente face à precariedade da sindicância reali-

zada na época”. Ainda segundo Seabra Fagundes, a versão de tentativa de fuga do ex-deputado quando em poder de elementos do esquema de segurança — uma das que foram apresentadas à época do desaparecimento — “é inaceitável”. O documento de Seabra Fagundes lembra que Paiva havia sofrido uma fratura no calcanhar, meses antes de ser detido, e que, “sendo pessoa corpulenta, ser-lhe-ia praticamente impossível sair do banco traseiro de um Volkswagen, em meio a um tiroteio, e dele afastar-se sem ser atingido por uma das balas”.

A pretensão de Seabra Fagundes de reabrir o caso fez com que vários conselheiros manifestassem dúvidas a respeito do destino dado ao processo: alguns achavam que tinha ocorrido arquivamento; outros acreditavam que o processo não fora desativado, mas estava à espera de fatos novos para uma eventual reabertura. Diante disso, o ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, determinou a pesquisa nas atas do CDDPH.

ANISTIA

O conselheiro Barbosa Lima Sobrinho, representante da Associação Brasileira de Imprensa, apresentou documento destinado a provar que a aplicação da Lei da Anistia está sendo entravada por funcionários do segundo escalão da administração federal. Segundo levantamento da ABI, disse, foram afastados da Marinha, Exército, Aeronáutica, Corpo de Fuzileiros Navais e Polícias Militares 6.639 pessoas, para um total de 1.060 reformas e apenas 34 reintegrações.

As decisões quanto ao funcionamento do Conselho tomadas ontem foram estas: manutenção do caráter secreto das reuniões; publicação antecipada da pauta, para que os conselheiros tomem conhecimento dos assuntos que irão discutir nas reuniões; e rejeição de proposta do Departamento de Pessoal do Ministério da Justiça, no sentido de que os Cr\$ 3700 de jeto pagas a cada conselheiro sejam depositados no Banco do Estado do Rio de Janeiro, em vez de serem entregues ao final de cada reunião.